Combate à lavagem de dinheiro: o CDSA, as MAS Notices e as avaliações do GAFI

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Um centro financeiro que aceita dinheiro do mundo inteiro precisa ser capaz de explicar de onde esse dinheiro veio. Singapura construiu sua resposta em camadas ao longo de mais de três décadas. A primeira camada é uma lei penal que tipifica como crime a lavagem do produto de crimes e permite ao Estado confiscá-lo. A segunda consiste nas notices da Monetary Authority of Singapore, que obrigam bancos, gestores de fundos, sociedades fiduciárias e outras instituições a conhecer seus clientes e a acompanhar suas operações. A terceira é um sistema de comunicação que encaminha as suspeitas a uma unidade de inteligência financeira dentro da polícia. Acima dessas camadas está o padrão internacional do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI/FATF), cujos avaliadores visitam Singapura periodicamente e atribuem notas ao país publicamente.

Este capítulo descreve cada uma dessas camadas e o modo como funcionam na prática. Começa pelo Corruption, Drug Trafficking and Other Serious Crimes (Confiscation of Benefits) Act, a lei conhecida por suas iniciais como CDSA. Examina em seguida as notices sobre due diligence de clientes, o sistema de

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

comunicações de operações suspeitas e as duas avaliações mútuas mais recentes, de 2016 e de 2026. A última seção trata das reformas que se seguiram ao caso de lavagem de dinheiro de 2023. O caso em si, junto com o caso 1MDB e as penalidades que a MAS impôs a instituições individuais, é objeto do Capítulo E.VI. A designação dos crimes tributários como crimes antecedentes pertence ao Capítulo E.II, as sanções ao Capítulo H.IV e a responsabilidade penal das empresas ao Capítulo H.V.

O volume sobre Genebra dedica um capítulo de sua Parte H ao mesmo tema, sob o título da luta contra a lavagem de dinheiro e as pessoas politicamente expostas. Compartilhando o mesmo padrão internacional e muitos dos mesmos clientes, os dois centros enfrentam o mesmo dilema. Um centro de gestão patrimonial vive da discrição, enquanto um regime de combate à lavagem de dinheiro vive da divulgação. O modo como cada centro concilia as duas coisas diz muito sobre suas instituições. A comparação no fim deste capítulo retoma essa questão.

O essencial

Singapura tipifica a lavagem de dinheiro no CDSA, que começou em 1992 como uma lei contra o produto do tráfico de drogas e hoje abrange uma longa lista de crimes graves cometidos em Singapura ou no exterior. Desde 2024, a lei também pune a lavagem temerária e a lavagem culposa, bem como certas formas de conduta de laranja (money mule). Uma nova alteração, em vigor desde novembro de 2024, dispensa a acusação de provar que os bens lavados são de fato produto de crime. A MAS Notice 626 e suas equivalentes para outros setores exigem due diligence de clientes, medidas reforçadas para pessoas politicamente expostas e a comprovação da origem do patrimônio. Quem, no exercício de sua atividade, suspeitar que um bem está ligado a um crime deve comunicá-lo ao Suspicious Transaction Reporting Office, que recebeu 85.988 comunicações em 2024. A avaliação do GAFI publicada em maio de 2026 colocou Singapura em acompanhamento regular, ao mesmo tempo que criticou as penas baixas e as deficiências na transparência dos beneficiários finais.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com